

HORTA ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ DO PATROCÍNIO E A PERCEPÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.

Fernanda Rocha Candeira ¹
Karilane Maria Silvino Rodrigues ²

INTRODUÇÃO

O projeto Horta Escolar José do Patrocínio foi criado para fomentar novas atitudes e a consciência dos educandos e da comunidade escolar para o cuidado com o meio ambiente. Com o intuito de desenvolver conhecimentos e habilidades relacionadas com a melhoria do meio ambiental. A horta nas escolas faz parte do Programa Horta em Todo Canto coordenado pela Secretária de Educação do Amapá vinculado à Política de Segurança Nutricional e Alimentar.

O projeto Horta Escolar JP é fundamental para a formação global dos educandos para seu comprometimento com as questões ambientais, a melhoria da qualidade de vida, desenvolver a saúde mental, física e psicológica. O intuito da Educação Ambiental está centrado na produção de concepções de sustentabilidade, buscando uma relação de respeito para com o meio ambiente formas de vida existentes, intermediando uma análise crítica da real situação de nosso mundo, que engloba a destruição de nosso ecossistema, dos recursos naturais e das espécies de seres vivos que estão sendo extintas. Associado ao conceito ambiental, o projeto também está amparado na compreensão de que uma escola "verde" é um processo contínuo, permanente e de transição para a abrangência da sustentabilidade, a partir de três dimensões inter-relacionadas: espaço físico, gestão e currículo.

A Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva diz respeito à defesa inequívoca de que todos os alunos com deficiência (PcD) devem frequentar escolas regulares. A inclusão de alunos com deficiências no sistema comum de ensino requer não apenas a aceitação da diversidade humana, mas implica em transformação significativa de atitudes em relação à prática pedagógica, à modificação do sistema de ensino e à organização das escolas para que se ajustem às especificidades de todos os educandos (Brasil, Mec/Seesp, 2006).

Portanto, o objetivo desse estudo foi promover ensinamentos educativos por meio de atividades com hortaliças. A pesquisa associada a este projeto, foi do tipo qualitativa, segundo uma metodologia de pesquisa exploratória. O sucesso de sua operacionalização serviu como observatório para que as pessoas possam adotar atitudes semelhantes em espaços diversos.

¹ Mestranda em Educação Inclusiva, Universidade Federal do Amapá, fernanda.candeira.unifap.t4@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Ciências Biológicas, Universidade Federal do Amapá.
karilane.rodrigues@unifap.br

Observou-se ainda, que a participação dos alunos com deficiência possibilitou estimular as funções cognitivas, como: memória, atenção, percepção, raciocínio, linguagem e a coordenação motora. Foi perceptível que a criação da Horta Escolar JP como desenvolvimento da Educação Ambiental e da Educação Inclusiva, uma vez que, essa prática junto aos professores e alunos, contribui para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, a pensar que o aprimoramento dos docentes em determinadas atividades, refletirá nos métodos e possibilidades pedagógicas em sala de aula.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual José do Patrocínio localizada no Bairro da Fazendinha, em Macapá - Amapá. A referida escola desenvolve o Projeto Horta Escolar JP, e atende alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA e possui vários alunos com deficiência em todos os seguimentos. O estudo foi realizado no período de agosto a dezembro de 2023, durante a implantação do subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, vinculado a Universidade Federal do Amapá, durante seis meses, esse foi o tempo necessário para desenvolver o projeto, realizar a implantação da horta, a escolha das espécies de hortaliças para serem cultivadas, bem como, observar a percepção dos alunos com deficiência e propiciar a avaliação dos mesmos, pela turma e os alunos com deficiências.

A pesquisa com abordagem qualitativa interpretativa tem como referência o ambiente natural que, na opinião de Bogdan e Birklen (1994), “é uma interpretação a - histórica e limitada às circunstâncias imediatas que envolvem o fenômeno”. Este estudo ao considerar as características apontadas por Lüdke e André (1986), Bogdan e Birklen (1994), apresenta o ambiente natural como fonte direta de dados. Além disso, destacou-se que os dados coletados são descritivos, preocupou-se com o processo que aconteceu durante a pesquisa, buscou-se priorizar o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida, a análise dos dados seguiu um processo indutivo. São pressupostos que privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação Bogdan e Birklen (1994).

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil é um tema de extrema importância e desafiador. Ela se refere a um modelo educacional que busca atender a diversidade de necessidades dos alunos, garantindo

a participação plena e igualitária de todos, independentemente de suas características pessoais, sociais, culturais, econômicas ou físicas.

No contexto brasileiro, a educação inclusiva é respaldada pela Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e o Decreto nº 7.611/2011 reforçam a obrigação do sistema educacional em promover uma educação inclusiva.

De acordo com (Moreira, 2006), deve-se ressaltar que a "educação inclusiva é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula" e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade.

As escolas representam o lugar onde ocorrem todos os processos de conhecimento, neste mesmo ambiente muitas vezes se desvirtuam as propostas do sistema de ensino, ao invés de promover a sociabilidade, acabam produzindo a exclusão dos alunos. As questões exclusivas presentes nas instituições de ensino brasileiras revelam-se nas entrelinhas, no trato para com as crianças de classes menos favorecidas, onde todo o contexto é voltado para reproduzir o cotidiano pertencente à elite social e cultural (SANT'ANNA, 1988, p. 89).

Conforme estabelecido na Declaração de Salamanca:

“[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p. 8-9).

De acordo com a lei 7.853 de 24 de outubro de 1989 fica estabelecido que cabe ao poder público e seus órgãos assegurar os direitos das pessoas portadores de deficiência o pleno exercício de seus direitos. Contudo, compete às instituições escolares, a todos os profissionais envolvidos, e a todos os agentes que atuam diretamente ou indiretamente com a educação especial, promoverem atitudes para ampliar a gama de canais e recursos que potencializem as questões de inclusão das pessoas com necessidades especiais e o atendimento de excelência, buscando primeiramente a inclusão social para depois alcançar a inclusão escolar propriamente dita (MACIEL, 2000).

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis. Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do

mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Para Sato (2001) quando o tema é a EA na escola, é clara a distinção entre o resultado final que é apresentado aos alunos e o caminho percorrido para se chegar a tal, sendo este um meio amplamente difundido pelo ensino de ciências tradicional. A ausência de vínculo com a realidade e a tendência a um resultado pronto faz com que a EA se distancie dos objetivos transformadores e siga uma linearidade de conhecimentos. Deste modo, são muitas as atividades descontinuadas que são propostas para a temática, como as

ações pontuais de abraçar árvores ou oficinas de reciclagem de papel, sem nenhuma postura crítica dos modelos de consumo vivenciados pelas sociedades, ou pela análise do modo de relação dominadora do ser humano sobre a natureza (SATO, 2001, p.16).

Para Reis (2016, p.63), fica evidente que

as práticas sobre a EA e a EI proporcionam formar cidadãos atuantes na sociedade, dando-lhes uma melhor perspectiva e, conseqüentemente, qualidade de vida. Ambas estão pautadas no respeito às diferenças, valor necessário para efetivação da PcD na escola. É desafiador pensarmos diferente uns dos outros, porém é fundamental para construirmos novas possibilidades de relação e em tempo algum distanciar uns dos outros. São nas possibilidades de relação e aproximação que se vislumbra a circulação entre a EA e a EI. (Reis 2016, p.63).

Diante disso, recomenda-se que futuras iniciativas considerem a importância do planejamento participativo, envolvendo alunos, professores, funcionários e familiares desde a fase inicial do projeto. Além disso, é fundamental investir em recursos didáticos adequados, capacitação profissional e avaliação constante dos resultados alcançados, a fim de garantir a sustentabilidade e o impacto positivo a longo prazo da horta como ferramenta de educação ambiental e inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na prática realizada (construção da horta na escola) as crianças puderam sentir a textura da terra, das plantas, sentir cheiros pegar instrumentos diferentes para o manejo da terra. Aprenderam a diferenciar a profundidade dos buracos dependendo do tamanho da planta que ali seria colocada. As crianças estavam muito ansiosas para plantar, pois muitas delas nunca haviam mexido na terra, nem de brincadeira. Ao chegar no local da horta algumas crianças, principalmente as que nunca haviam estado lá, estranharam a textura da terra e ficaram um pouco assustadas com as minhocas que estava dentro da terra. Em seguida foi iniciado o preparo da terra, manualmente, sendo permitido observar naquele momento diversas sensações os quais as crianças provavelmente nunca haviam sentido.

Com o desenvolvimento da prática foi possível perceber o interesse que as crianças tinham em aprender sobre as plantas que estavam sendo plantadas e quando poderiam comer algumas e tomar o chá de outras. E o mais significativo desta prática entende-se que tenha sido as questões de cooperação e auxílio de uns com os outros naquele momento, principalmente se tratando de alguns alunos que estavam ali e apresentavam autismo, onde uma das principais características é a dificuldade de socialização. Neste sentido Moran (2009, p. 56) diz que: “[...] a afetividade é um componente fundamental pedagógico e contribui decisivamente para o sucesso pessoal e grupal.” Os resultados obtidos na avaliação da percepção dos alunos após a prática da horta foram observados também na pesquisa realizada por Tabanez et al. (1996), destacando que a Educação Ambiental informal pode despertar mudanças de sentimentos e conhecimentos, priorizando o contato dos alunos com a natureza, não descuidando de passar a informação formal, que também pode ser uma atividade divertida. Lidar com deficientes não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata de crianças, as quais se encontram no processo de formação pessoal. É importante que estes alunos estejam sempre acrescentando novas vivências, como o manuseio de novos objetos e saídas a locais diferentes aos habituais, que proporcionem experiências válidas para novos aprendizados.

A integração de deficientes em projetos de educação ambiental pode determinar uma grande fonte de aprendizagem, socialização e capacitação desses indivíduos. Loureiro (2004) problematiza a experiência em educação ambiental considerando as relações entre educação, participação e transformação da realidade de vida.

Entretanto, se faz necessário destacar que a construção da horta com certeza proporcionou uma grande e diferente experiência para as crianças participantes, bem como para os pesquisadores. Cabe destacar que a questão do reconhecimento e do pertencimento das crianças e professores a esse contexto irá nortear o desenvolvimento e a efetividade dessa prática no cotidiano do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, explorou-se o potencial da horta como uma ferramenta eficaz para promover tanto a educação ambiental quanto a inclusão de todos os alunos no processo educativo. Os resultados obtidos destacam o impacto positivo que a integração de atividades relacionadas à horta pode ter no desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e práticas, além de promover uma maior consciência ambiental entre os estudantes.

A experiência vivenciada durante a implementação da horta como estratégia pedagógica revelou a importância de oferecer oportunidades práticas de aprendizado, que permitam aos

alunos explorar e compreender os ciclos naturais, os processos de plantio e colheita, bem como os princípios da sustentabilidade. Além disso, a horta proporcionou um ambiente inclusivo, onde os alunos com diferentes habilidades puderam participar ativamente das atividades, colaborando em equipe e valorizando as contribuições individuais.

Palavras-chave: Horta, Inclusão, Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas.** In: *Investigação qualitativa em educação.* Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BRASIL. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem : deficiência múltipla.** [4. ed.] / elaboração prof^a Ana Maria de Godói –Associação de Assistência à Criança Deficiente –AACD... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Educar, participar e transformar em Educação Ambiental.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental.* Brasília, v. II N. 0, pp. 13-20, 2004.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, M. R. C. **Portadores De Deficiência a questão da inclusão social.** São Paulo *Perspec.* vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000.

MORAN, José Manoel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 4. ed. Campinas: Papyrus, 2009. 174 p.

MOREIRA, M. **A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação.** *Construindo o Serviço Social,* n.16, p.59-87, 2006.

TABANEZ, M. F. Et al. **A eficácia de um curso de Educação Ambiental não formal para professores numa área natural - Estação Ecológica dos Caetetus –** *Revista do Instituto Florestal,* v. 8, n.1, 1996, pp. 71-88.

REIS, A.A. . **Educação ambiental e educação inclusiva : possíveis conexões.** 2016. 156 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SANT'ANNA, G. C.. **O excepcional e a excepcionalidade da ordem sociocultural.** In: *Fórum Educacional,* n. 4, Rio de Janeiro: FGV, out. – dez., v.12, 1988. pp. 86- 97.

SATO, M. **Debatendo os desafios da Educação Ambiental.** In: *1º Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro.* Rio Grande: Mestrado em Educação Ambiental. p. 14 – 33. 2001.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção –** Necessidades Educativas Especiais. Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. UNESCO (1996).